

UMA FASE COMPLEXA

por Mário Soares

1. As eleições europeias deixaram o eleitorado português um pouco confuso e o pior é que os partidos em geral, no meu modesto entender, não o estão menos. Como já escrevi nesta coluna, não foi o PSD que ganhou (embora em percentagem de votos tivesse ficado à frente do PS, o que não foi pequena proeza): foi o PS que perdeu. Perdeu cerca de seiscentos mil votos, sobretudo para a abstenção e para os votos brancos e nulos e também para os partidos da Esquerda, o Bloco e o PCP, que ficaram quase a par, embora o Bloco elegeisse mais um deputado.

Tratou-se, portanto, de um voto essencialmente de protesto, em função do descontentamento, contra o Governo - e o partido que o apoia - e contra a crise que nos afecta, embora esta, que foi importada, não possa ser atribuída ao Governo ou, menos ainda, ao PS. Mas o descontentamento expresso, praticamente por toda a Europa, que vem detrás, contra os partidos que se reclamam do socialismo democrático, tenha alguma razão de ser, dado que em geral esses Partidos se deixaram, mais ou menos, "colonizar" pelo neo-liberalismo, pela teoria de menos Estado, mais privatizações, pelo mercado totalmente desregulado - como o supremo valor - com menosprezo das políticas sociais e do mundo do trabalho, posições que estão na raiz da grande crise que estamos a viver.

Ora a aparente grande contradição que resulta dos resultados das eleições europeias foi terem dado a vitória à Direita, por descontentamento contra os partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas e em contra corrente do que nos vem da América de Barack Obama e das políticas progressistas que está a implantar, tanto no plano interno como externo. Com efeito, foram os amigos de Bush e das políticas neo-liberais que triunfaram agora na União Europeia o que, num momento de crise, como o actual, nos vai criar grandes dificuldades, tanto no plano do ataque à crise, como no domínio da relação de forças internacionais, em fase de aceleradas mudanças...

Contudo, nos países europeus que têm outras eleições a disputar, como é o caso de Portugal, com as legislativas já marcadas para 27 de Setembro próximo e as autárquicas para 11 de Outubro, o eleitorado vai ter possibilidade de pensar no futuro e de fazer escolhas, que agora são decisivas para o garantir, sobretudo no que respeita às legislativas. Porque não se trata mais de um voto de protesto mas sim de escolher o partido que está em melhores condições para vencer a crise. Ora, para tanto, não basta só uma escolha entre pessoas - como em parte será nas autárquicas - mas sim das políticas e dos programas que estarão em presença e das condições e pessoas para as executar, dado até o seu enquadramento ideológico.

Esse é um debate que importa fazer sem perda de tempo, para clarificar o ambiente político confuso em que nos encontramos. Uma reprise do Bloco Central é uma hipótese que foi excluída - e bem, quanto a mim - pelos dirigentes dos dois partidos mais votados. À Direita, está em aberto uma coligação possível, embora talvez não desejada, tanto pelo PSD como pelo PP. Mas, constituirá, em

boa parte, um regresso ao já vivido, há anos atrás - que não deixou boas lembranças - num contexto internacional completamente diferente e, no que se refere à América, muito menos favorável para os então amigos de Bush e de Dick Cheney...

À Esquerda, a "guerra" entre o Bloco e o PCP, ambos vitoriosos nos últimos resultados eleitorais, não permitirá pensar em qualquer coligação entre eles e, por via da "guerra", de qualquer deles com o PS. O que, atenção, pode não excluir em definitivo acordos pontuais, post eleições, se o PS vier a ter uma maioria relativa.

O que significa que ao PS só resta, para não deixar ganhar a Direita, recuperar muito do eleitorado perdido nas eleições europeias. Fazer, como disse Sócrates, uma aliança com o Povo Português. É isso possível? Atrevo-me a dizer: sim. Se for capaz de traçar rapidamente uma linha progressista clara, que passe por uma auto-crítica consequente - ou uma mea culpa - e por uma reaproximação ao mundo do trabalho, que implica mais diálogo com os desempregados e os menos favorecidos, pelos excluídos e os imigrantes, sem abandonar, obviamente, as classes médias, em via de pauperização. O Partido terá que ser mobilizado (parece-me desmoralizado e descrente, nas bases) e de fazer um discurso mobilizador, não só na forma, mas também no conteúdo, sem se deixar envolver em polémicas do passado, capaz de renovar a confiança e de dinamizar o eleitorado. A JS, as Mulheres Socialistas, os imigrantes, as mulheres e os homens de cultura, os homossexuais, têm aí um papel decisivo a jogar. Mas para o desempenharem têm de estar convencidos que as políticas vão mudar, no sentido dos seus próprios interesses.

Os dirigentes do PS deverão percorrer o País, ouvir e falar com as pessoas com humildade e espontaneidade. Sem promessas vãs e sem demagogia. O Povo tem 35 anos de Democracia e sabe distinguir o trigo do joio. Sentir o que pensa o eleitorado e falar-lhe verdade. É o essencial. Para tanto, mais do que o marketing político ou de grandes cerimónias, feitas para a televisão, que só convencem os que estão convencidos, é preciso chegar até às pessoas, ouvi-las, dar-lhes confiança. Porque as escolhas são elas que têm de as fazer, no segredo das suas consciências. E é isso o que conta, em democracia.

2. A guerra dos Manifestos, as grandes obras públicas e a questão da PT comprar ou não a TVI, foram questões de Governo, exploradas à saciedade pela Comunicação Social, que deixaram seguramente confusa a opinião pública portuguesa, não contribuindo para prestigiar os Partidos nem os protagonistas que nelas intervieram.

A Dr^a. Manuela Ferreira Leite, como líder do principal partido da Oposição e candidata a Primeiro Ministro, foi quem levantou, em primeiro lugar, a questão dos investimentos do Estado, exigindo que não se avançasse com o TGV (comboio de alta velocidade) - que vinha aliás do tempo de Durão Barroso - e outros projectos por serem obras muito caras, para o erário público, que no futuro, teriam de ser pagas e não criariam no presente, no seu critério, muita mão de obra nacional. A seguir veio o Manifesto dos 28 reputados economistas, há largo tempo calados na sua maior parte, em tempo de crise anunciada, em que deveriam ter falado, o qual reclamou a urgente reavaliação dos grandes investimentos públicos por, segundo eles, virem a constituir um fardo que as novas gerações teriam, necessariamente, de pagar.

Sócrates fez-lhes a vontade, o que me pareceu sensato, tanto mais que o Presidente da República também manifestou dúvidas sobre o caso. A pouco menos de três meses das eleições, deixou a decisão para o próximo Governo. Como diz o Povo, "com uma só cajadada matou dois coelhos": a questão proposta (em tempo de eleições) e o anúncio de um próximo Governo, voltado para a superação da crise.

Contudo, poucos dias depois, surge um novo Manifesto, contestatário do primeiro, desta vez subscrito por 51 figuras públicas, não só economistas, como Louçã, figura cimeira do Bloco, como o sociólogo Boaventura Sousa Santos, internacionalmente reputado, o antigo ministro Mário Murteira, José Penedos e Pedro Adão e Silva, socialistas, entre muitos outros. Para eles, é fundamental, para vencer a crise, que o Estado invista - quem mais o poderia fazer? - em projectos com impacto em mais emprego, como: reabilitação do parque habitacional, nas energias renováveis, em investimentos na rede ferroviária, sendo omissos quanto ao TGV... Em que ficamos? Na necessidade de mais emprego, para parar o flagelo do desemprego crescente. E quem o pode criar? O Estado, obviamente...

Subitamente, surgiu a notícia da Portugal Telecom, querer comprar parte da Média Capital, proprietária da TVI, onde o Estado tem uma golden share, podendo assim impedir esse negócio. No debate da moção de confiança proposta pelo CDS - uma "brincadeira de mau gosto", como lhe chamou Marcelo Rebelo de Sousa - o Primeiro Ministro negou ter conhecimento do caso, quando interpelado por Diogo Feio e Francisco Louçã. Pouco verosímil, mas possível.

Os acontecimentos, entretanto, precipitaram-se. O Presidente interveio manifestando dúvidas quanto à transparência do negócio. Ferreira Leite foi mais longe: acusando duramente o Primeiro Ministro. Mas este vetou o negócio. Conclusão: uma trapalhada que podia ter sido evitada e em que todos os interventores ficaram mal no retrato...

Assim vai o País - e os Partidos - nos primeiros dias de pré-campanha para as eleições legislativas. É uma situação perigosa. Se não houver bom senso, ponderação e sentido de Estado dos responsáveis políticos, de todos os quadrantes, corre-se o risco de o País ficar ingovernável, o que aconteceria pela primeira vez, desde a Revolução dos Cravos. Mesmo para os Partidos que não aspiram ao poder e que jogam na política do "quanto pior, melhor", como já aqui disse. Sobretudo, numa situação de crise aguda, que está longe de ter chegado ao fim. Que lembra os anos 30 do século passado. Quando podemos não ter uma Europa que nos valha. É um aviso que vos deixa um velho político, retirado mas atento, que sempre teve fama de optimista...

Lisboa, 30 de Junho de 2009